

∴ Análise econômica

Ao fim da gestão econômica o sistema de contas consolidadas apresentou as seguintes informações:

- . Na Conta de Produto e Renda Nacional temos um valor de Cr\$ 1300 u.m. para o PFBpm, com uma composição de 59% em custo de produção (49% com fatores, 4% de impostos indiretos líquidos e 6% de depreciação) e 41% em Lucro Líquido que atingiu o valor de Cr\$ 530 u.m., sendo este distribuído em 51% com dividendos mais rendimentos de empresas não formadas em S.A. e 85% com impostos diretos e Previdência Social. No âmbito dos rendimentos da Empresa, esta sofreu um déficit de 190 u. m. que quando compensado pela renda financeira adquirida junto a títulos do Governo fechou a gestão com uma despesa de Cr\$ 110 u.m..
- . A Família obteve uma RP de Cr\$ 950 u.m., destinando 63% para o consumo e 26% em impostos e Previdência Social. Com uma despesa corrente de Cr\$ 850 u.m. galgou uma poupança de Cr\$ 100 u.m. que se transformou em empréstimos para a Empresa.
- . O Governo com uma arrecadação de Cr\$ 1000 u.m. oriunda 75% da Empresa e 25% da Família, gastou 18% na sua produção de serviços, 13% no pagamento de juros da dívida pública e 24% em subsídios e transferências, incorrendo num dispêndio de Cr\$ 550 u.m.. Desta forma, atingiu um superavit corrente (poupança) de Cr\$ 450 u.m. que se converteu em investimento financeiro junto a Empresa.

Verifica-se que a Empresa só tem reservas para cobrir a reposição dos ativos fixos através do valor da depreciação de Cr\$ 80 u.m., enquanto que, para o financiamento do acréscimo da capacidade instalada recorre-se a empréstimos / com outras entidades, suprindo assim a sua despoupança líquida de Cr\$ 110 u.m.. Com o propósito de manter os mesmos níveis de produção e investimento da Empresa, propõe-se para mudar a sua composição de capital, a adoção de algumas medidas como: de política fiscal, com a redução de 30% e 15% nos respectivos impostos diretos e indiretos; de encargos sociais, através do corte em 25% nas contribuições para a Previdência Social; e de política de renda empresarial com a diminuição na distribuição dos lucros em termos de dividendos em 18%.

1ª Fase: Lançamentos por entidades

1. Empresa

Conta de Produção			
D		C	
01.Rs	160	02.Cp	600
03.Rk	200	04.Ie	300
05.Ra	100	08.VE	+40
12.Vee	200	10.Ig	180
17.Rg	100	12.Vee	200
18.Dp	80	23.Veg	100
22.Tf	170		
24.Sb	-150		
LL	560		
	1420		1420

Conta de Renda			
D		C	
06.Dv	123	LL	560
07.Re	120		
14.Tde	175		
16.PSe	150		
19.Jge	-80		
SLe	72		
	560		560

Conta de Capital			
D		C	
04.Ie	300	18.Dp	80
08.VE	+40	SLe	72
		Ifin.	
		Fam.	73
		Gov.	115
	340		340

2. Família

Conta de Renda			
D		C	
02.Cp	600	01.Rs	160
11.Tdf	150	03.Rk	200
13.PSf	100	05.Ra	100
Sf	73	06.Dv	123
		07.Re	120
		09.Sfp	80
		20.Jgf	50
		21.Tr	90
	923		923

Conta de Capital			
D		C	
Ifin.		Sf	73
Emp.	73		
	73		73

3. Governo

Conta de Produção			
D		C	
09.Sfp	80	15.SG	180
23.Veg	100		
	180		180

Conta de Renda			
D		C	
15.SG	180	11.Tdf	150
19.Jge	80	13.PSf	100
20.Jgf	50	14.Tde	175
21.Tr	90	16.PSe	150
24.Sb	150	17.Rg	100
Sg	295	22.Tf	170
	845		845

Conta de Capital			
D		C	
10.Ig	180	Sg	295
Ifin.			
Emp.	115		
	295		295

2ª Fase: Contas combinadas

Conta Combinada de Produto e Renda Nacional

D		C	
01.Rs	160	02.Cp	600
03.Rk	200	04.Ie	300
05.Ra	100	08.VE	+40
12.Vee	200	10.Ig	180
17.Rg	100	12.Vee	200
18.Dp	80	23.Veg	100
22.Tf	170		
24.Sb	-150		
LL	560		
06.Dv	123	LL	560
07.Re	120		
14.Tde	175		
16.PSe	150		
19.Jge	-80		
SLe	72		
09.Sfp	80	15.SG	180
23.Veg	100		
VBP	2160	VBP	2160

Conta Combinada de Capital

D		C	
04.Ie	300	18.Dp	80
08.VE	+40	SLe	72
		Ifin.	
		Fam.	73
		Gov.	115
Ifin.		Sf	73
Emp.	73		
10.Ig	180	Sg	295
Ifin.			
Emp.	115		
	708		708

3ª Fase: Sistema consolidado

- . Excluindo as transações de nº 12.Vee = 200, 23.Veg = 100 e LL = 560 da Conta Combinada de Produto e Renda Nacional e as de intermediações financeiras --- Ifin. Gov x Emp = 115 e Fam x Emp = 73 --- da Conta Combinada de Capital, temos as respectivas contas consolidadas de Produto e Renda Nacional e de Capital.

Conta Consolidada de Produto e Renda Nacional

D		C	
01.Rs	160	02.Cp	600
03.Rk	200	04.Ie	300
05.Ra	100	08.VE	+40
17.Rg	100	10.Ig	180
18.Dp	80		
22.Ti	170		
24.Sb	-150		
06.Dv	123		
07.Re	120		
14.Tde	175		
16.PSe	150		
19.Jge	-80		
SLe	72		
09.Sfp	80	15.SG	180
RFBpm	1300	PFBpm	1300

Conta de Renda e Gasto da Família

D		C	
02.Cp	600	01.Rs	160
11.Tdf	150	03.Rk	200
13.PSf	100	05.Ra	100
Sf	73	06.Dv	123
		07.Re	120
		09.Sfp	80
		20.Jgf	50
		21.Tr	90
DP	923	RP	923

Conta de Renda e Gasto do Governo

D		C	
15.SG	180	11.Tdf	150
19.Jge	80	13.PSf	100
20.Jgf	50	14.Tde	175
21.Tr	90	16.PSe	150
24.Sb	180	17.Rg	100
Sg	295	22.Ti	170
DG	845	RG	845

Conta Consolidada de Capital

D		C	
04.Ie	300	18.Dp	80
08.VE	+40	SLe	72
		Sf	73
10.Ig	180	Sg	295
I _B	520	S _B	520

.. Registro da matriz consolidada

D ↓ C →	1. Conta de P & R	2. Conta Renda (Fam)	3. Conta Renda (Gov)	4. Conta de Cap.	Total
1. Conta de P & R	-----	02.Cp 600	15.SG 180	04.Ie 300 08.VE +40 10.Ig 180	PFBpm = 1300
2. Conta de Renda e Gasto (Fam)	01.Rs 160 03.Rk 200 05.Ra 100 06.Dv 123 07.Re 120 09.Sfp 80	-----	20.gf 50 21.Tr 90		RP = 923
3. Conta de Renda e Gasto (Gov)	14.Tde 175 16.PSe 150 17.Rg 100 22.Ti 170 24.Sb -150 09.Jge -80	11.Tdf 150 13.PSe 100	-----		RG = 615*
4. Conta de Cap.	18.Dp 80	Sf 73	Sg 295	-----	S _B = 520
Total	RFBpm = 1300	DP = 923	DG = 615*	I _B = 520	-----

O novo perfil da economia revela uma reabilitação da poupança líquida da Empresa, a qual de um valor negativo de Cr\$ 110 u.m. passou a ter um valor positivo de Cr\$ 72 u.m., implicando assim no autofinanciamento de 24% em seus ativos fixos. A Família sendo atingida com um corte no recebimento de dividendos, incorre numa redução de 3% em sua RP e consequentemente de sua poupança em 27% se estabilizando no nível de Cr\$ 73 u.m., dado que as suas despesas não se alteraram. O Governo que reduziu sua arrecadação junto a Empresa, teve uma diminuição de sua renda em 16% implicando na queda de sua poupança em 34%, passando esta a acumular o valor de Cr\$ 295 u.m.. Observa-se que a posição da Empresa foi satisfatoriamente redimensionada, e, apesar de ter havido queda nos níveis de poupança nas entidades Família e Governo, estas continuam credoras da Empresa.

Por fim, constata-se a importância das medidas adotadas, pois se redimensionou o processo de acumulação entre as entidades, sem que com isto se alterasse as variáveis que referendam as funções básicas da economia: produção, consumo e acumulação.

* O valor de 615 em vez de 845 é causado pelas variáveis: 24.Sb = 150 e 19.Jge = 80.

1.4.2 Economia Aberta

O estudo do modelo de economia aberta que se constitui de todas as entidades (Empresa, Família, Governo e Resto do Mundo), trata no contexto das Contas Nacionais de uma primeira incursão nas relações entre a economia interna e sua posição na economia internacional. As transações externas de um país com o Resto do Mundo estão contabilizadas em dois blocos: a dos fluxos de serviços de fatores e a dos bens e serviços empresariais. Este modelo proporciona uma maior aproximação da realidade, pois independentemente dos estágios de desenvolvimento econômico dos países, a interdependência entre as economias tem sido a cada dia mais intensa.

Dando início na exercitação do estudo do SCN, será adotado para a economia aberta o mesmo tratamento dado às economias fechadas, principalmente quanto as explicações das transações, a técnica de montagem e a análise econômica. Com a inclusão da entidade Resto do Mundo, a contabilização do sistema será efetuado: primeiro, diretamente nos esquemas consolidados incluindo a Conta de Transações com o Exterior; segundo, no decurso da análise, quando da apresentação das Contas Nacionais ajustadas pelas políticas econômicas, o tratamento da montagem será feito de acordo com as fases --- por entidades, contas combinadas e contas consolidadas ---, sendo conveniente tornar evidente a utilização da Conta de Transações com o Exterior e da Conta de Capital na entidade Resto do Mundo.

A montagem inicial do SCN diretamente no sistema/consolidado, visa o aprimoramento na exercitação e manuseio das variáveis, assim como se familiarizar com a forma de publicação dos documentos especializados. Desta forma, como já foi visto nas economias 02 e 03, o sistema consolidado não apresenta explicitamente as transações com bens intermediários e de intermediações financeiras. A variável referente aos fluxos líquidos de renda de serviços de fatores com o exterior (RLRcEx ou RLEvEx), para efeito de treinamento e montagem do SCN, foi escolhida para fazer o papel de variável residual no fechamento contábil da Conta Consolidada de Produto e Renda Nacional, pois a mesma apresenta e evidencia informações quanto ao comportamento das necessidades de fatores produtivos, especialmente os fluxos de renda de capital envolvendo as relações de um país com o Resto do Mundo.

A partir da economia 04 a seguir, a listagem das transações estarão formuladas com as suas expressões usuais, não se alongando em redações descritivas de suas funções na economia. Como exemplo, temos que em vez de se formular a transação 'Vendas de empresas às famílias', basta chamá-la de 'Consumo pessoal', a transação de 'Vendas de bens de capital entre empresas', é o bastante denominá-la de 'formação bruta de capital fixo da Empresa', e assim para outras transações.

Economia: 04

Transações Econômicas	Cr\$ 10 u.m.
01. Renda salarial(Rs).....	50
02. Consumo pessoal(Cp).....	175
03. Renda de capital: juros pagos de empresas às famílias(Rk).....	60
04. Formação bruta de capital fixo da Empresa(Ie).....	71
05. Renda de aluguéis pagos pelas empresas às famílias(Ra).....	30
06. Renda imobiliária do Governo pago pela Empresa(Rg).	10
07. Salários do funcionalismo público(Sfp).....	30
08. Dividendos(Dv).....	30
09. Renda de empresas não constituída em S. A.(Re).....	5
10. Formação bruta de capital fixo do Governo(Ig).....	20
11. Variação de estoques(VE).....	+15
12. Impostos diretos de pessoa física(Tdf).....	30
13. Pagamento pessoal à Previdência Social(PSf).....	20
14. Impostos diretos de pessoa jurídica(Tde).....	10
15. Pagamento patronal à Previdência Social(PSe).....	12
16. Poupança empresarial líquida(SLe).....	27*
17. Consumo do Governo(Cg).....	30
18. Juros da dívida pública pagos às empresas(Jge).....	1
19. Juros da dívida pública pagos às famílias(Jgf).....	2
20. Transferências governamentais(Tr).....	8
21. Depreciação de ativos fixos(Dp).....	20
22. Exportações de mercadorias e serviços empresariais(X).....	35
23. Impostos indiretos líquidos(Ti-Sb).....	15
24. Importações de mercadorias e serviços empresariais(M).....	40
25. Renda líquida (?) exterior (?).....	?
26. Saldo em Conta Corrente do Balanço de Pagamentos = = Poupança Externa (CC/BP = Sx).....	?

* Apesar de ser uma variável residual seu valor é explicitado pelo fato da escolha da variável RLRcEx ou RLEvEx para o fechamento da Conta de Produto e Renda Nacional. Nesta conta, seria possível com a ajuda dos agregados macroeconômicos manter ambas variáveis SLe e (RLRcEx ou RLEvEx) como residuais para o fechamento do sistema consolidado, porém, na fase dos lançamentos por entidades seria impossível o ajuste do sistema como um todo.

.. Explicações das transações

. As transações já explicadas na economia 01 são (01 a 05)/04, 08/04, 11/04 e 21/04 que se reportam respectivamente aos itens (01 a 05)/01, 06/01, 08/01 e 09/01⁴⁹; na economia 02

49/ Vide pag. 28 a 30.

são 07/04, 12/04, 14/04 e 20/04 representadas respectivamente pelos itens 09/02, 11/02, 13/02 e 16/02⁵⁰; e na economia 03 são 06/04, 09/04, 10/04, 13/04, 15/04, 17/04, 18/04 e 19/04 correspondendo respectivamente aos itens 17/03, 07/03, 10/03, 13/03, 16/03, 15/03, 19/03 e 20/03⁵¹.

Item 16/04: como a poupança empresarial líquida é uma variável residual e de acumulação, sua contabilidade se faz da seguinte forma: em débito, na Conta de Produto e Renda Nacional; e em crédito na Conta Consolidada de Capital⁵².

Item 17/04: a variável ' Consumo do Governo ' corresponde a gastos com pessoal e bens intermediários, para a produção de serviços, sendo a mesma transação denominada ' Serviços do Governo ' já vista nas economias 02 e 03. Assim seu registro se faz: em crédito na Conta de Produto e Renda Nacional, pois esta inclui a Conta de Produção do Governo; e em débito, na Conta de Renda do Governo.

Item 22/04: esta variável corresponde ao volume das exportações de mercadorias e serviços empresariais, sendo então fluxos reais gerados e vendidos pelo setor produtivo da economia. Assim temos como registro: em crédito, na Conta de Produto e Renda Nacional; e em débito, na Conta de Transações com o Exterior, pois na ótica do Resto do Mundo trata-se de gastos com importações.

Item 23/04: como já foi abordado isoladamente as explicações dos impostos indiretos e dos subsídios, este lançamento/ de ' impostos indiretos líquidos ', assume o mesmo registro dos ' impostos indiretos '⁵³, ou seja: em débito na Conta de Produto e Renda Nacional; e em crédito na Conta de Renda e Gasto do Governo.

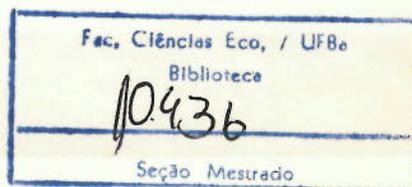
Item 24/04: esta transação que envolve as importações de mercadorias e serviços empresariais, se caracteriza pela sua integração com a produção interna da economia em estudo. Quando são bens de capitais e intermediários, estes são absorvidos no processo de produção, e, quando são bens de consumo final são adicionados a oferta interna. Desta forma, sua contabilidade é feita da seguinte maneira: em crédito com sinal ' negativo ' na conta de Produto e Renda Nacional, desde de quando se trata de gastos do país, e quanto ao crédito e não ao débito, sua explicação passa no fato de termos no crédito a medida do PIBpm pela ótica do dispêndio das entidades; e em débito com sinal ' negativo ' na Conta

50/ Vide pag. 34 e 35.

51/ Vide pag. 40 e 41.

52/ Vide pag. 28, roda pé nº 39.

53/ Vide pag. 35.



de Transações com o Exterior à medida em que são receitas obtidas pelo Resto do Mundo.

Item 25/04: este registro que será obtido residualmente representa o saldo líquido de comércio exterior com fluxos de serviços de fatores. Na hipótese de se fechar a gestão econômica em déficit configurado na variável RLEvEx, seu registro ocorre da forma a seguir: em crédito com sinal ' negativo ' na Conta de Produto e Renda Nacional, em face de haver uma desapropriação líquida do PIBpm do país em favor do Resto do Mundo; e em crédito na Conta de Transações com o Exterior por se tratar de receitas líquidas do Resto do Mundo. Na hipótese de se obter um superavit representado pela variável RLRcEx, sua contabilidade se faz: em crédito na Conta de Produto e Renda Nacional, desde quando se verifica uma apropriação líquida pelo país de renda gerada no Resto do Mundo; e em crédito com sinal ' negativo ' na Conta de Transações com o Exterior, visto que se registra um gasto líquido do Resto do Mundo com este país.

Item 26/04: este registro se obtém de forma residual gerado/ no débito da Conta de Transações com o Exterior, pois sendo uma variável de acumulação obtida através da diferença dos fluxos totais de exportações e importações do país com bens, serviços empresariais e serviços de fatores, seu crédito é feito na Conta Consolidada de Capital. Esta variável serve como ponte de ligação entre os instrumentos de Contas Nacionais e Balanço de Pagamentos. Na hipótese do país fechar a gestão com uma ' despoupança externa líquida ', o seu registro em Cr\$ (moeda nacional) aparece com sinal ' positivo ' / no SCN, correspondendo em US\$ (divisas) com sinal ' negativo ' no saldo de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos. No caso de se registrar uma ' poupança externa líquida ', temos contabilizados em Cr\$ com sinal ' negativo ' no SCN e em US\$ com sinal ' positivo ' no saldo de Transações Correntes/ do Balanço de Pagamentos⁵⁴.

.. Montagem do sistema de contas consolidadas

- . As transações dessa economia envolve o sistema econômico completo através das entidades: Empresa, Família, Governo e Resto do Mundo.
- . O registro inicial será feito diretamente no esquema consolidado através do sistema contábil clássico e do registro matricial.
- . Serão obtidos os agregados macroeconômicos a partir dos registros das variáveis econômicas no SCN.

54/ Este ponto fica mais claro no estudo integrado da Contas Nacionais com o Balanço de Pagamentos do país.

- . O esquema consolidado será base para a realização da análise econômica.
- . A montagem do SCN ajustado pelas políticas econômicas, será feita seguindo todas as fases: por entidades, contas combinadas e contas consolidadas.
- . Serão consideradas todas as transações econômicas do SCN em uma economia aberta.

Conta Consolidada de Produto e Renda Nacional

D		C	
01.Rs	50	02.Cp	175
03.Rk	60	04.Ie	71
05.Ra	30	10.Ig	20
06.Rg	10	11.VE	+15
07.Sfp	30	17.Cg	30
08.Dv	30	22.X	35
09.Re	5	DF	346
14.Tde	10	24.M	-40
15.PSe	12	PIBpm	306
16.SLe	27	25.RLEvEx	-8
18.Jge	-1		
RN = PNLcf			263
21.Dp	20		
RNBcf			283
23.(Ti-Sb)	15		
RNBpm		PNBpm	298

FBKfx = 91

Conta de Renda e Gasto da Família

D		C	
02.Cp	175	01.Rs	50
12.Tdf	30	03.Rk	60
13.PSf	20	05.Ra	30
Sf	-10	07.Sfp	30
		08.Dv	30
		09.Re	5
		19.Jgf	2
		20.Tr	8
DP		RP	215

Conta de Renda e Gasto do Governo

D		C	
17.Cg	30	06.Rg	10
18.Jge	1	12.Tdf	30
19.Jgf	2	13.PSf	20
20.Tr	8	14.Tde	10
Sg	56	15.PSe	12
		23.(Ti-Sb)	15
DG		RG	97

Conta de Transações c/o Exterior

D		C	
22.X	35	25.RLEvEx	8
24.M	-40		
26.CC/BP=Sx	+13		
Dx	8	Rx	8

Conta Consolidada de Capital

D		C	
04.Ie ✓	71	16.SLe ✓	27
10.Ig ✓	20	21.Dp ✓	20
11.VE ✓	+15	Sf	-10
		Sg	56
		26.CC/BP=Sx	+13
I _B	106	S _B	106

FBKfx = 91 Si = 93

.. Registro da matriz consolidada

C \ D	1. Conta de P & R	2. Conta Renda (Fam)	3. Conta Renda (Gov)	4. Conta Trans. Ext.	5. Conta de Cap.	Total
1. Conta de P & R	-----	02.Cp 175	17.Cg 30	22.X 35 24.M -40 25.RLEvEx -8	04.Ie 71 10.Ig 20 11.VE +15	PNBpm = 298
2. Conta de Renda e Gasto (Fam)	01.Rs 50 03.Rk 60 05.Ra 30 07.Sfp 30 08.Dv 30 09.Re 5	-----	19.Jgf 2 20.Tr 8			RP = 215
3. Conta Renda e Gasto (Gov)	06.Rg 10 14.Tde 10 15.PSe 12 18.Jge -1 23.(Ti-Sb) 15	12.Tdf 30 13.PSf 20	-----			RG = 96*
4. Conta de Trans. Ext.				-----		Rx = 0*
5. Conta de Cap.	16.SLe 27 21.Dp 20	Sf -10	Sg 56	26.CC/BP=Sx +13	-----	S _B = 106
Total	RNBpm = 298	DP = 215	DG = 96*	Dx = 0*	I _B = 106	-----

* Os valores 96 e 0 em vez de 97 e 8 são devidos às respectivas variáveis 18.Jge = -1 e 23.RLEvEx = -8.

.. Análise econômica

A economia ao fim da gestão apresentou as informações a seguir:

- . A Conta de Produto e Renda Nacional registrou um valor de Cr\$ 306 u.m. para o PIBpm, o qual incorreu num total de 70% em custo de produção (59% com fatores, 5% em impostos indiretos líquidos e 6% de depreciação) e 30% em Lucro Líquido com um valor de Cr\$ 91 u.m.. Este lucro foi gasto na distribuição de dividendos, nos rendimentos de empresas não constituídas em S.A., no pagamento de impostos e Previdência Social; restando um superavit para a Empresa de Cr\$ 34 u.m. que quando deduzido de Cr\$ 8 u.m. referente a RLEvEx e adicionado de juros adquiridos da dívida pública de Cr\$ 1 u.m., encerrou a gestão econômica com uma poupança líquida de Cr\$ 27 u.m.. Verificou-se também uma desapropriação líquida de 3% no PIBpm através do comércio internacional com serviços de fatores, o que implicou no valor de Cr\$ 298 u.m. para o PNBpm.
- . A Família com uma RP de Cr\$ 215 u.m., gastou 81% em consumo e 23% em impostos e Previdência Social. Com uma despesa corrente de Cr\$ 225 u.m. gerou uma despoupança de Cr\$ 10 u.m., resultando na necessidade de captação de empréstimos com as demais entidades.
- . O Governo que arrecadou Cr\$ 97 u.m. (48% da Empresa e 52% da Família), teve um gasto de 31% em sua produção de serviços, 3% no pagamento de juros de sua dívida pública e 8% com transferências para as famílias, acarretando assim numa despesa corrente de Cr\$ 51 u.m.. Desta forma, obteve um montante de poupança de Cr\$ 56 u.m. que definiu a sua disponibilidade para os seus investimentos financeiros.
- . A posição dessa economia com relação ao Resto do Mundo se caracterizou por um déficit nos fluxos totais de comércio, tanto a níveis empresariais com Cr\$ 5 u.m., quanto nos fluxos de fatores com Cr\$ 8 u.m., ocasionando então uma despoupança externa da economia de Cr\$ 13 u.m.. Nestes termos, temos que a poupança interna de Cr\$ 93 u.m. financiou 88% do investimento bruto, e, para suprir os 12% restantes se fez necessário recorrer a recursos externos. O valor efetivo destes recursos só será possível ser constatado no estudo das Transações de Capitais no Balanço de Pagamentos.

Diante dessas informações verifica-se a necessidade de se efetuar ajustes na economia. O ajuste interno visando reverter a descapitalização da Família e estimular a capacidade de autofinanciamento da economia, passa respectivamente pela redução de 40% nos impostos diretos das famílias e por uma política de investimento que leve a diminuição em 20% na formação dos ativos fixos da Empresa. Para o ajuste externo se propõe uma desvalorização cambial (Cr\$/US\$) que permita uma elevação de 20

% nas exportações e uma queda de 10% nas importações, bem como uma reversão nos fluxos de serviços de fatores de tal sorte que se obtenha um superavit de Cr\$ 1 u.m..

1ª Fase: Lançamentos por entidades

1. Empresa

Conta de Produção			
D		C	
01.Rs	50	02.Cp	175
03.Rk	60	04.Ie	57
05.Ra	30	10.Ig	20
06.Rg	10	11.VE	+15
21.Dp	20	22.X	42
23.(Ti-Sb)	15	24.M	-36
LL	88		
	273		273

Conta de Renda			
D		C	
08.Dv	30	LL	88
09.Re	5	25.RLRcEx	1
14.Tde	10		
15.PSe	12		
16.SLe	33		
18.Jge	-1		
	89		89

Conta de Capital			
D		C	
04.Ie	71	16.SLe	33
11.VE	+15	21.Dp	20
		Ifin.	
		Gov.	17
		Fam.	2
	72		72

2. Família

Conta de Renda			
D		C	
02.Cp	175	01.Rs	50
12.Tde	18	03.Rk	60
13.PSf	20	05.Ra	30
Sf	2	07.Sfp	30
		08.Dv	30
		09.Re	5
		19.Jgf	2
		20.Tr	8
	215		215

Conta de Capital			
D		C	
Ifin.		Sf	2
Emp.	2		
	2		2

3. Governo

Conta de Produção			
D		C	
07.Sfp	30	17.Cg	30
	30		30

Conta de Renda			
D		C	
17.Cg	30	06.Rg	10
18.Jge	1	12.Tdf	18
19.Jgf	2	13.PSf	20
20.Tr	8	14.Tde	10
Sg	44	15.PSe	12
		23.(Ti-Sb)	15
		85	85

Conta de Capital			
D		C	
10.Ig	42	Sg	44
Ifin.			
Emp.	17		
RM.	7		
	44		44

4. Resto do Mundo

Conta de Transações c/o Exterior			
D		C	
22.X	42	25.RLRcEx	-1
24.M	-36		
26.CC/BP=Sx	-7		
	-1		-1

Conta de Capital			
D		C	
		26.CC/BP=Sx	-7
	0	Ifin.	
		Gov.	7
	0		0

2ª Fase: Contas combinadas

- . A transação com ' insumos intermediários ' não estando registrada explicitamente e sim implicitamente nos bens finais, a Conta Combinada de Produto e Renda Nacional apresenta apenas a variável residual (LL) com duplo registro.

Conta Combinada de Produto e Renda
Nacional

D		C	
01.Rs	50	02.Cp	175
03.Rk	60	04.Ie	57
05.Ra	30	10.Ig	20
06.Rg	10	11.VE	+15
21.Dp	20	22.X	42
23.(Ti-Sb)	15	24.M	-36
LL	88		
08.Dv	30	LL	88
09.Re	5	25.RLRcEx	1
14.Tde	10		
15.PSe	12		
16.SLe	33		
18.Jge	-1		
07.Sfp	30	17.Cg	30
	392		392

- . Com a inclusão da entidade Resto do Mundo temos na Conta Combinada de Capital tanto as transações de intermediações financeiras interna (Ifin. Fam x Emp e Gov x Emp), como a externa (Ifin. Gov x RM) que provocam duplicações nos registros.

Conta Combinada de Capital			
D		C	
04.Ie	57	16.SLe	33
11.VE	+15	21.Dp	20
		Ifin.	
		Gov.	17
		Fam.	2
		Sf	2
Ifin.			
Emp.	2		
10.Ig	20	Sg	44
Ifin.			
Emp.	17		
RM	7		
	0	26.CC/BP=Sx	-7
		Ifin.	
		Gov.	7
	118		118

3ª Fase: Sistema consolidado

- . A ordem dos lançamentos nas contas consolidadas de Produto e Renda Nacional e de Capital, será a mesma dos registros da montagem inicial do sistema.

Conta Consolidada de Produto e Renda Nacional

D		C	
01.Rs	50	02.Cp	175
03.Rk	60	04.Ie	57
05.Ra	30	10.Ig	20
06.Rg	10	11.VE	+15
07.Sfp	30	17.Cg	30
08.Dv	30	22.X	42
09.Re	5	DF	339
14.Tde	10	24.M	-36
15.PSe	12	PIBpm	303
16.SLe	33	25.RLRcEx	1
18.Jge	-1		
RN = PNLcf	269		
21.Dp	20		
RNBcf	289		
23.(Ti-Sb)	15		
RNBpm	304	PNBpm	304

} FBKFX = 77

Conta de Renda e Gasto da Família

D		C	
02.Cp	175	01.Rs	50
12.Tdf	18	03.Rk	60
13.PSf	20	05.Ra	30
Sf	2	07.Sfp	30
		08.Dv	30
		09.Re	5
		19.Jgf	2
		20.Tr	8
DP	215	RP	215

Conta de Renda e Gasto do Governo

D		C	
17.Cg	30	06.Rg	10
18.Jge	1	12.Tdf	18
19.Jgf	2	13.PSf	20
20.Tr	8	14.Tde	10
Sg	44	15.PSe	12
		23.(Ti-Sb)	15
DG	85	RG	85

Conta de Transações c/o Exterior

D		C	
22.X	42	25.RLRcEx	-1
24.M	-36		
26.CC/BP=Sx	-7		
Dx	-1	Rx	-1

Conta Consolidada de Capital

D		C	
04.Ie	57	16.SLe	33
10.Ig	20	21.Dp	20
11.VE	+15	Sf	2
		Sg	44
		26.CC/BP=Sx	-7
I _B	92	S _B	92

} Si = 99

.. Registro da matriz consolidada

D C	1. Conta de P & R	2. Conta Renda (Fam)	3. Conta Renda (Gov)	4. Conta Trans. Ext.	5. Conta de Cap.	Total
1. Conta de P & R	-----	02.Cp 175	17.Cg 30	22.X 42 24.M -36 25.RLRcEx 1	04.Ie 57 10.Ig 20 11.VE +15	PNBpm = 304
2. Conta de Renda e Gasto (Fam)	01.Rs 10 03.Rk 60 05.Ra 30 07.Sfp 30 08.Dv 30 09.Re 5	-----	19.Jgf 2 20.Tr 8			RP = 215
3. Conta Renda e Gasto (Gov)	06.Rg 10 14.Tde 10 15.PSe 12 18.Jge -1 23:(Ti-Sb) 15	12.Tdf 18 13.PSf 20	-----			RG = 84*
4. Conta de Trans. Ext.				-----		Rx = 0*
5. Conta de Cap.	16.SLe 33 21.Dp 20	Sf 2	Sg 44	26.CC/BP=Sx -7	-----	S _B = 92
Total	RNBpm = 304	DP = 215	DG = 84*	Dx = 0*	I _B = 92	-----

* Os valores 84 e 0 em vez de 85 e -1 são devidos as respectivas variáveis 18.Jge = -1 e 25.RLRcEx = 1.

O ajuste efetuado definiu um novo quadro para a economia. A nível interno, a política fiscal propiciou a capitalização da Família com a formação da poupança de Cr\$ 2 u.m. e uma redução de 21% na poupança do Governo, e, as políticas de investimento e cambial permitiram uma elevação de 22% na poupança líquida da Empresa e uma redução de 0,9% no PIBpm. Como resultado do ajuste temos um aumento na poupança interna de 6% e consequentemente na sua capacidade de financiamento da economia, de forma a cobrir as necessidades de investimento bruto e de ativos fixos, restando um valor de Cr\$ 7 u.m. para efeito de poupança externa. O ajuste externo com a política cambial possibilitou a inversão nos fluxos de comércio externo de uma posição deficitária para uma superavitária de Cr\$ 6 u.m. nas mercadorias e serviços empresariais e de Cr\$ 1 u.m. nos fluxos de serviços de fatores. Este ajuste permitiu compensar a redução do PIBpm através da apropriação líquida de renda de fatores com relação ao Resto do Mundo, sendo então acrescentado ao PIBpm a quantia de Cr\$ 1 u.m. de RLRcEx, o que provocou um aumento de 2% no PNBpm.

Verifica-se que o ajuste econômico retraiu a produção interna mas reverteu a posição externa da economia, pois deixa de captar Cr\$ 13 u.m. para converter 7% de sua acumulação interna com Cr\$ 7 u.m. em aplicações externas, passando assim de importador para exportador de capital o que se configura em uma acumulação externa.

2 SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DO BRASIL: SCNB

A abordagem da formação do SCNB será feita através de uma síntese sobre a sua origem, evolução e estrutura atual. Neste sentido, esta seção se constituirá de um breve histórico, da apresentação de versões estruturais e da instrumentação e análise econômica.

2.1 Síntese Histórica

De forma similar aos demais países os estudos da Contabilidade Social no Brasil, se iniciaram por meio de trabalhos individuais em torno da década de 1930. R. Lewinshon⁵⁵ já fazia referências às estimativas de quantificação econômica de dois estudos, o de R. Simonsen que preparou os primeiros cálculos sobre a ' fortuna nacional ' do Brasil, os quais foram divulgados em um ensaio intitulado " Aspectos da Política Econômica Nacional ", e o realizado pela área econômica do Ministério das Relações Exteriores que efetuou uma estimativa da ' produção global nacional '. Do mesmo modo, V. L. Marrama⁵⁶ faz citações de alguns estudos que se reortam a trabalhos que fazem menção aos cálculos da Renda Nacional do Brasil para distintos anos, ou sejam: H. W. Spiegel em " The Brazilian Economy " (Blakiston Co., p. 24 - 25, 1949), cita uma série de cálculos desenvolvido pelo IBGE para o período de 1938 a 1942; S. Nunes de Magalhães Jr. em " Os ciclos econômicos " publicado pela FGV, que realizou uma série de cálculos de variáveis econômicas; e R. Lewinshon⁷ em " Renda Nacional " através do " O observador econômico e financeiro de maio de 1948, onde estima a renda consumida e não produzida no período de 1940 a 1946.

Com a implantação do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas na segunda metade da década de 1940, foi dado oficialmente a decolagem nos cálculos dos agregados macroeconômicos. Nesta época, estavam sendo desenvolvidos estudos em alguns países através de discussões, experimentações e aperfeiçoamentos, com o fim de esclarecer e dar consistência conceitual às estimativas de variáveis agregativas e na adaptação das Contas " Standard " propostas pela ONU.

O Núcleo de Economia no ano de 1947, iniciou suas pesquisas sobre a Renda Nacional com discussões visando estabelecer as bases conceituais para a elaboração de suas estatísticas. Os primeiros problemas que foram enfrentados, deveu-se na necessidade de se criar uma massa crítica de técnicos especializados no assunto, /

55/ LEWINSHON, R.. Fortuna Nacional e Renda Nacional. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, 1950.

56/ MARRAMA, V. L.. Método de Cálculo do Desenvolvimento Econômico Aplicado ao Brasil. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Jun/1950.

que trata do cálculo da Renda Nacional no período de 1947/52 e dos índices da produção para 1939/49⁶²; a pesquisa que divulgou pela primeira vez as estimativas do PNB e PNL para 1947/52 em termos de Brasil⁶³; uma nova estimativa no período de 1947/52 da Renda Nacional⁶⁴; os estudos sobre a Renda Nacional para os períodos de 1947/53⁶⁵ e 1947/54⁶⁶; a primeira sistematização do SCNB com base no SCN⁶⁷-52 da ONU, e, a estimativa atualizada do produto para 1948/55⁶⁸; a publicação das Contas Nacionais do Brasil para 1947/56⁶⁹; e um estudo sobre a conceituação metodológica do SCNB.

A partir da apresentação da primeira versão do SCNB em 1956, se iniciou a fase de aprimoramento das Contas Nacionais associada ao desenvolvimento das estatísticas e das necessidades de equacionamento da economia brasileira. Assim, durante as décadas de

- 62/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Estimativas da Renda Nacional do Brasil para 1947 - 1952. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 7, nº 1, Mar/1953.
- / LOEB, G. F. Números Índices do Desenvolvimento Industrial no Brasil de 1939 - 1949. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 7, nº 1, Mar/1953.
- 63/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Estimativa da Renda Nacional do Brasil para 1947 - 1952. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 7, nº 4, Dez/1953.
- 64/ _____ . Estimativas da Renda Nacional do Brasil para 1947 - 1952. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 8, nº 4, Dez/1954.
- 65/ _____ . Renda Nacional do Brasil de 1947 - 1953. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 9, nº 1, Mar/1955.
- 66/ _____ . Estimativa da Renda Nacional do Brasil para 1947 - 1954. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 9, nº 4, Dez/1955.
- 67/ _____ . Sistema de Contas Nacionais do Brasil. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 10, nº 4, Dea/1956.
- 68/ _____ . As Contas Nacionais no período de 1947 - 1956, Índice do Produto e Renda Real e Quadros Básicos. In: / Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 11, nº 4, Dez/1957.
- 69/ _____ . Nota Metodológica das Contas Nacionais do Brasil. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, ano 13, nº 3, Set/1959.